

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **A HISTÓRIA DE UM CRIME: VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIDADE DE TERESINA NA DÉCADA DE 1970.**

Hélio Secretário dos Santos  
Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC  
heliosecretario@yahoo.com.br

### **RESUMO**

Entre a noite do dia 4 e a madrugada do dia 5 março de 1977 na cidade de Teresina, uma empregada doméstica de 21 anos foi assassinada na casa em que trabalhava. A partir desse episódio, discutirei como a categoria histórica relações de gênero é capaz de iluminar o crime. A fonte que dará suporte à discussão será o jornal O Estado um dos principais jornais em circulação na cidade à época. Nesse trabalho, resolvi não utilizar o nome da vítima nem da acusada ou acusado de autoria. A partir do crime, analisarei sobre a relação entre a violência e as relações de gênero na cidade de Teresina procurando identificar como as autoridades policiais e os jornais viram essas questões. Além disso, procurarei analisar como a sociedade teresinense se posicionou sobre o crime. Houve mobilizações reivindicando a solução do crime? Existiu algum vestígio de pessoas ou grupos que influenciados pelo movimento feminista na década de 1970 acompanharam o caso? Esta análise nos fará pensar sobre a importância das pesquisas sobre as relações de gênero para compreendermos por que a violência é um fenômeno que as permeia. Nesse trabalho, também farei uma reflexão sobre a importância da categoria gênero para a historiografia bem como do porquê essa abordagem ainda é vista com desconfiança dentro da academia.

**Palavras-chave:** História do Tempo Presente. Relações de gênero. Violência.

### **A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E AS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Há uma discussão na história do tempo presente sobre o seu começo, ou melhor, sobre o marco histórico no século XX que vem consolidando esse campo de abordagem na historiografia. Digo consolidando porque há discussões que remontam a história do tempo presente à Antiguidade, mas me deterei apenas à discussão pertinente ao século XX. Foi a Segunda Guerra Mundial esse marco ou teria sido o esfacelamento do socialismo entre as décadas de 1980 e 1990?

Mais que o marco consolidador o que quero trazer à discussão é a ideia do trauma presente na história do tempo presente. Segundo Rouso (2016), os eventos traumáticos do século XX modificaram a relação da história com o passado. Com essa abordagem “surge uma nova relação com o passado marcada por uma obrigação política e moral, uma dívida” (ROUSSO, 2016, p. 219). Para o autor, essa mudança inaugurou um

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

momento de crise do futuro, reforçou a sensação de que o presente não tem sentido e de descrença na ideia de progresso próprio da modernidade.

Mas, se a consolidação da história do tempo presente por exemplo, está associada à Segunda Guerra, ao nazismo, ao holocausto e às suas sequelas como explicar a emergência das questões de gênero, sexualidades e homossexualidades dentro e fora das universidades a partir da década de 1960? Não há dúvidas quanto aos traumas e sequelas deixados por pela Segunda Guerra Mundial e pelo Holocausto judeu, mas como associar essa ideia do trauma com as questões de gênero, sexualidades e homossexualidades?

É preciso ressaltar que os mais diversos tipos de violências cometidas contra mulheres heterossexuais, mulheres lésbicas, gays, transgêneros dentre outras identidades sexuais não tiveram início no século XX. Assim sendo, poderíamos falar de um trauma contínuo oriundo das violências cometidas contra esses grupos ao longo de séculos? Quantas pessoas, por exemplo não foram mutiladas, executadas, queimadas vivas por questões sexuais ao longo dos últimos seis séculos? Ressalto ainda que muitas dessas violências são cometidas até hoje.

Por que os anos de 1970 foram decisivos para a condenação dessas violências, pela busca de direitos desses grupos e pelo crescimento de estudos sobre as diversas manifestações da sexualidade? O que chamei de trauma contínuo teria sido o elemento desencadeador dessas mudanças?

Antes de tentar responder os questionamentos que fiz falarei um pouco mais sobre a relação de mudança para com o passado. Rouso (2016) fala da descrença no progresso na contemporaneidade. A ideia dele vai de encontro ao pensamento de Artog (2013) de que com o presentismo o futuro passou a ser visto como uma ameaça. Nesse sentido, a sociedade estaria passando por uma crise do futurismo moderno.

Por outro lado, quando olhamos para os movimentos que surgiram nos anos de 1970 a exemplo do feminismo e do movimento gay estes não só reivindicavam o fim das violências por que passavam no tempo presente como vislumbravam também um futuro melhor. É importante ressaltar que os dois movimentos ganharam força no mesmo contexto. Ora, “a supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, como corolário, a opressão dos homossexuais é, portanto, um produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres” (RUBIN, 1993, p. 12).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Nesse sentido, para encontrar respostas que pudessem explicar a opressão e violências sofridas pelas mulheres e pelos homossexuais surgiram os estudos preocupados com a história das mulheres, com as sexualidades, homossexualidades e com a categoria gênero “já que o objetivo das revoltas femininas e homossexual é dismantelar o aparato de regulamentação sexual...” (RUBIN, 1993, p. 14).

Ao falar sobre as relações de gênero Pedro (2011) alerta para as contribuições que essa categoria oferece para a historiografia. E mais, a autora diz que embora a dominação de gênero permeie as relações a historiografia tem ignorado a importância dessa categoria. Segundo ela, o motivo dessa resistência tem origem na associação feita entre as pesquisas sobre gênero e a “história militante” considerada não-científica e salienta que outras categorias como classe e raça também são oriundas de movimentos sociais e não sofrem a mesma desconfiança.

Com essas considerações a autora aponta para outros problemas: um deles se refere a um número inferior de pesquisas sobre relações de gênero, mulher, mulheres no campo da historiografia se comparado a outras áreas das ciências humanas; o outro está relacionado a quantidade maior de mulheres na produção dessas pesquisas. É importante destacar que esse dado não constitui um demérito às pesquisas pelo contrário reforça a importância dos estudos sobre essa categoria.

Imaginemos a seguinte situação: pesquisa aponta que quando se trata de pesquisas relacionadas às questões de gênero homens, héteros são os que mais produzem pesquisas. Sabemos que não é essa a realidade pelo contrário são as mulheres heterossexuais e lésbicas quem mais discutem essas questões e dos homens que também discutem uma porcentagem significativa é gay, ou seja, os homens e mulheres heterossexuais que preocupam com estas questões são minoria.

Essa realidade diz muito sobre quem nós somos e sobre a nossa sociedade. Por outro lado, para não simplificar as coisas é preciso mencionar que há também homens e mulheres homossexuais que não pesquisam tais questões o que não significa que elas não mereçam a devida atenção. Provavelmente, o fato de mulheres e homens gays constituírem o maior número de pesquisadoras e pesquisadores sobre questões

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

relacionadas às categorias gênero e sexualidades esteja relacionado a outro fato: estes grupos sofrem violências específicas por serem o que são.

Para pensar essas questões resolvi analisar como o jornal O Estado tratou o assassinato de uma jovem empregada doméstica de 21 anos na cidade de Teresina no ano de 1977.

## **O CRIME**

Na edição de domingo/segunda, dias 6 e 7 de março de 1977, do jornal O Estado, o título da principal matéria da página cinco era: “Monstro sexual retalha mulher”. Tratava sobre o assassinato de uma jovem que trabalhava como doméstica em uma casa de família. Nesse período, havia um costume de mulheres jovens e até meninas pobres saírem da zona rural para trabalhar em casas de família nas áreas urbanas.

Essas meninas e jovens muitas vezes não recebiam um salário e trabalhavam em troca de comida, roupas e estudo. Ter uma filha trabalhando na cidade para uma família pobre e numerosa era entendido como um benefício por algumas razões: era uma pessoa a menos para comer; a jovem poderia estudar e com isso melhorar de vida. Muitas vezes os estudos não se confirmavam contradizendo a principal promessa que uma família interessada poderia fazer à família de umas dessas jovens. Neste contexto, não era raro o analfabetismo ser uma realidade de todos os membros de uma família numerosa e ter uma oportunidade de fugir dessa realidade era algo a ser considerado.

Não era raro muitas dessas jovens mulheres e meninas sofrerem além da exploração no trabalho, assédios e abusos sexuais por parte dos patrões ou dos filhos do casal. Suportar tais violências era algo comum uma forma dolorosa de não retornar para a vida de miséria na zona rural com suas famílias e continuar a ter meios para ajudar seus entes queridos. A quem pedir socorro? A quem denunciar tais abusos?

A ida dessas jovens para trabalhar em casas de famílias na cidade era uma decisão dos pais dessas mulheres na maioria das vezes. Em outras situações, a jovem via nessa oportunidade uma possibilidade de ter uma vida menos vigiada no seio familiar rural. Trabalhar na cidade daria certa liberdade para essas jovens para outras seria também uma maneira de realizarem casamentos melhores daqueles que poderiam ser feitos na zona rural.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Segundo à matéria, a jovem tinha 21 anos era natural da cidade de Inhumas no sul do Estado não estudava, embora fosse alfabetizada e trabalhava como doméstica. Era comum para algumas dessas trabalhadoras certo rodízio em casas de família até mesmo para não retornarem para suas famílias. Fazer amizades com outras domésticas era uma forma de não ficarem sem emprego e assim mantinham uma rede de contatos onde uma poderia indicar uma oportunidade de emprego para outra (O ESTADO, 1977).

Segundo a patroa, após assistirem a novela *O Bem-Amado*<sup>1</sup> a doméstica foi terminar de limpar a cozinha e depois se dirigiu para seu quarto que ficava no quintal da casa. Pela manhã, a dona da casa teria mandado sua afilhada chamar a doméstica já que esta não havia levantado como de costume para os afazeres domésticos. Segundo o jornal, a menina retornou dizendo que não obteve resposta e por isso coube à patroa ir ao quarto ver o que tinha acontecido.

No Nordeste do Brasil, o costume de famílias pobres darem seus filhos e filhas como afilhados e afilhadas para famílias abastadas era muito comum. Não era raro também esses afilhados e afilhadas morarem na casa de seus padrinhos/madrinhas para estudarem outras vezes serviam de empregados e empregadas em troca de mudas de roupas, comida e um teto.

Ainda segundo a matéria, após bater na porta sem sucesso a patroa percebeu que ela não estava trancada e entrou no quarto se dirigindo à cabeceira da cama. Segundo a patroa, havia roupas sobre o corpo da vítima e ao retirar algumas peças que estavam sobre o rosto da jovem percebeu que esse havia sido mutilado. Após esse susto a dona da casa chamou os vizinhos que logo trataram de comunicar o caso à polícia.

“Ação de maníaco? Ato terrível de um tarado enciumado? Obra de algum monstro do sexo?” (O ESTADO, 6 e 7 de março de 1977, p. 5). De acordo com a notícia, provavelmente a vítima foi assassinada entre a noite do dia 4 e a madrugada do dia 5 de março, ou seja, entre sexta e sábado. Na edição de domingo e segunda-feira, poucas horas depois do crime o jornal levantou questionamentos sobre a autoria do crime: Maníaco? Tarado? Monstro sexual? Por que associar o assassinato de uma jovem mulher a uma possível questão sexual?

---

<sup>1</sup> Uma versão reeditada por Paulo Ubiratan que foi ao ar pela Rede Globo de Televisão entre janeiro e junho de 1977. A primeira versão escrita por Dias Gomes e foi exibida entre janeiro e outubro de 1973.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Logo no início das investigações, o jornal informou que a jovem não tinha namorado nem muitas amigas, segundo a sua patroa era uma pessoa reservada (O ESTADO, 1977). Uma mulher jovem, solteira, não estudava e havia começado o novo emprego há pouco mais de uma semana. Como a questão sexual poderia ajudar na compreensão do crime?

Atualmente, no Brasil, a violência contra mulher ainda é assustadora. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública uma mulher é morta a cada sete horas por ser mulher. Em 2018, 1.206 mulheres foram assassinadas por feminicídio. Para a Organização Mundial de Saúde de 84 países o Brasil é o 5º que mais mata mulheres.

Em 2018, foram registrados 263.067 casos de agressão doméstica contra mulheres com base na Lei Maria da Penha<sup>2</sup>, em outras palavras, a cada dois minutos uma mulher agredida. Ainda segundo o mesmo fórum, em 2019 houve um aumento de 4% nos casos de estupro com 66.041 casos o que significa uma média de 180 estupros por dia. Desses casos, 81,8% das vítimas eram mulheres dessas 53,8% eram meninas menores de 13 anos de idade.

Um estudo feito pelo LinkedIn<sup>3</sup> e pela Consultoria Think Eva<sup>4</sup> apontou que 47% das brasileiras já sofreram assédio sexual no trabalho<sup>5</sup>. A partir desses dados, como realizar questionamentos gerais sobre o caso da doméstica levando em consideração essas informações?

---

<sup>2</sup> A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher). Este texto foi retirado em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>. Acessado em 12 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> O LinkedIn é uma rede de negócios lançada no início de 2003, e está sediada no estado da Califórnia. Da mesma forma que as outras redes sociais, como o Orkut e o Facebook, o LinkedIn permite a criação de perfis online, mas está voltado para aspectos profissionais. Através da sua lista de contatos você pode criar ou manter relações com empresas, colegas de trabalho, mantendo seu networking, além de criar seu currículo online, permitindo a procura por empregos e desenvolvimento de sua carreira. Este texto foi retirado em: <https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2011/05/o-que-e-o-linkedin-conheca-essa-ferramenta-online-para-encontrar-empregos.html>. Acessado em 12 de dezembro de 2020.

<sup>4</sup> A Think Eva é uma consultoria de inovação social que articula o mundo corporativo para a criar soluções para as desigualdades de gênero e intersecções. Este texto foi retirado em: <https://thinkeva.com.br/>. Acessado em 12 de dezembro de 2020.

<sup>5</sup> <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/10/dia-contra-a-violencia-a-mulher-10-dados-explicam-por-que-falar-sobre-isso.htm>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Segundo o jornal O Estado o corpo da jovem foi encontrado com o rosto, os seios, as nádegas, as costelas e a vagina mutilados. Os cortes provavelmente tenham sido feitos com uma espécie de navalha. Tais circunstâncias teriam sido suficientes para o crime ser considerado passional? A jovem teria sofrido um estupro? Como a categoria gênero pode ajudar a compreender o caso da doméstica?

“O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 16). O conceito de gênero formulado por Scott tem dois momentos. Para o primeiro momento a autora apresenta quatro elementos que o constituem, interrelacionados, mas não necessariamente processados de forma simultânea. O primeiro elemento constitui os símbolos produzidos culturalmente que despertam representações simbólicas como Eva e Maria.

No caso das mulheres, ainda hoje a sexualidade é utilizada para constituir estes símbolos. A imagem da Eva é associada às mulheres que tem uma vida sexual diferente daquela desejada por uma sociedade patriarcal e machista. O oposto da imagem de Maria. De acordo com o jornal consultado, depois que o corpo da jovem foi tirado do local do crime, o delegado teria requisitado um exame para constatar se a jovem era virgem. O perito da época teria dito ao mesmo jornal que dificilmente uma virgindade seria comprovada.

O segundo elemento que constitui a categoria gênero segundo Scott (1995) nasce das interpretações desses símbolos, chamados pela autora de conceitos normativos. São exemplos deles: doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas. Esses conceitos normativos reforçam a oposição binária fixa ratificando o significado do masculino e do feminino, do homem e da mulher. Scott (1995) diz que essas normativas estão sujeitas à rejeição e contestação cabendo aos historiadores e historiadoras investigar quando e em quais circunstâncias isso ocorre.

O terceiro elemento se trata da aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. A autora defende a necessidade de buscarmos a natureza dessa aparência, não apenas nas relações de parentesco, mas também no mercado de trabalho, na política e na educação.

O quarto elemento da primeira parte da definição de Scott é a identidade subjetiva.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A autora refuta a característica essencialista que foi defendida por outras pesquisadoras argumentando que se assim o fosse os homens e as mulheres reais cumpririam sempre e literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade apontando a necessidade de buscar como essas identidades são construídas historicamente. Não se nasce homem ou mulher.

O gênero como forma primária de dar significado às relações de poder é o segundo momento de definição feita por Scott. Para ela o gênero constitui o campo primário de articulação de poder persistente, recorrente em dar significação do poder no ocidente. Os conceitos de gênero criados por esse processo estruturam “a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1995, p. 18). Nesse sentido, Pedro (2011) assegura que a historiografia precisa não apenas reconhecer essa realidade, mas pesquisar mais para compreender e apontar respostas para os problemas oriundos dessa relação.

A patroa da jovem, segundo o jornal, disse que não tinha conhecimento sobre a existência de algum namorado da vítima e que na noite do dia 4 de março de 1977, a jovem chegou em casa por volta das 22h e juntas passaram a assistir a novela O Bem-Amado quando sua filha saiu do quarto correndo porque ouviu batidas na janela (O ESTADO, 1977).

Todas as informações presentes na matéria associam a morte da doméstica a uma questão sexual. Três dias após o assassinato da doméstica o jornal (O ESTADO, 08 de março de 1977, p. 5) publicou a seguinte nota:

Ontem, o delegado do 2º DP, aguardava o resultado do exame de virgindade feito no cadáver por médicos do Instituto Médico Legal, a fim de saber se ela era mesmo virgem. Para o perito Vital Araújo, essa hipótese é remota, pois na sua opinião toda mulher que traz as regiões vaginais depiladas é orientada estando, portanto, obedecendo a alguém. Um outro exame importante está sendo feito por peritos do Instituto de Criminalística nas vestes íntimas da doméstica para descobrir se há esperma o que viria confirmar a existência de “coito” dela com alguém.

Nessa citação, percebemos a preocupação das autoridades policiais com o corpo da jovem. O corpo como o enunciador incontestável da sexualidade. Era preciso averiguar se a jovem era virgem. Observemos a autoridade da perícia ao afirmar que por ter as partes íntimas depiladas a jovem teria envolvimento com algum homem.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Nesse sentido, as considerações de Butler (2014) sobre as regulações de gênero nos ajudam a compreender essa preocupação. Segundo ela, não se deve reduzir as regulações que tomam as pessoas como normais apenas às leis, regras e políticas concretas porque os mecanismos que processam essas regulações superam tais instrumentos legais. Ela enfatiza que muitos trabalhos que pesquisam questões feministas, gays e lésbicas abordam apenas as regulações legais, militares e familiares.

Esse posicionamento de Butler é para dizer que o gênero sofre sim a ação de um poder regulador, porém o “gênero requer e institui seu próprio regime regulador e disciplinar específico” (BUTLER, 2014, p. 04). Isso para dizer que o gênero não se resume apenas as performances de masculino e feminino, ou seja, as performances que não se adequam a esse binarismo também fazem parte do gênero.

Voltando a observação que perito responsável pela investigação do homicídio da doméstica fez sobre a genitália da vítima depilada, recorri a análise sobre a relação entre a homossexualidade e a violência no Brasil no Jornal Lampião da Esquina feita por Mariusso (2015). Neste trabalho, o autor fala do assassinato de jovens supostamente homossexuais. Quando os corpos desses jovens eram periciados pelas autoridades policiais uma característica chamava atenção: se a vítima tivesse a genitália depilada significava dizer que era homossexual passivo.

Essa característica, para as autoridades, trazia uma verdade absoluta. Se a mulher se depilava era para atender a um pedido masculino; se um jovem mantinha sua genitália depilada era considerado homossexual passivo. Ora a “passividade é trágica no homem, enquanto que a falta de passividade é trágica numa mulher” (RUBIN, 1993, p. 21). As conclusões feitas pelo perito no caso da doméstica bem como aquela que Mariusso aponta no seu trabalho são reflexos desse binarismo que ainda fazem parte do imaginário a respeito do masculino e do feminino. Segundo esse entendimento, o que foge a esse binarismo é trágico.

Em um parágrafo acima, relatei alguns dados sobre diversos tipos de violências contra as mulheres no Brasil nos anos de 2018 e 2019, portanto distantes 42 anos do assassinato da doméstica. Desde o aparecimento do movimento feminista na década de 1970, da elaboração do conceito de gênero na década de 1980, da proliferação nas universidades de estudos sobre as mulheres, as sexualidades, sobre masculinidades e

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

das conquistas de garantias legais para proteção das mulheres é possível fazer conexões e buscar explicações para os altos índices de violência.

Falando sobre políticas públicas para combater a violência contra as mulheres Pinafi (2007) faz uma breve retrospectiva sobre algumas dessas políticas destacando a Assembleia Geral das Nações Unidas de 1979 que adotou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Ela ressaltou que três anos antes aconteceu o assassinato de Ângela Maria Fernandes Diniz pelo seu ex-companheiro Raul Fernando do Amaral Street (Doca) que não aceitava o fim da relação. Na época, ele foi absolvido sob alegação de que teria matado em legítima defesa da honra.

A autora ressalta que após esse episódio surgiu o movimento “quem ama não mata” e, em 1981, surgiu o movimento SOS Mulher, com objetivo de construir um lugar para atender as mulheres vítimas de violência. Segundo Pinafi (2007), a parceria desses movimentos com o Estado resultou na criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983 e, em 1985, na implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da primeira Delegacia de Defesa da Mulher.

Nessa mesma linha, Facchini, Carmo e Lima (2020) falam sobre o processo de cidadanização do final dos anos de 1970. Segundo as autoras, esse processo está relacionado à redemocratização do país que teve uma participação efetiva de mulheres. Nesse contexto, o que se destaca é a relação entre os movimentos sociais a exemplo do feminista com a esfera estatal na defesa da criação de políticas públicas.

Como reflexo das reivindicações de políticas públicas voltadas para o combate à violência contra mulher não devo esquecer da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência no país criada em São Paulo em 1986. Na cidade de Teresina, foi criada no governo de Alberto Tavares Silva-PMDB (1987-1991), em 1989. Para tentar finalizar as questões que apresentei, na parte final deste artigo tentarei responder os questionamentos que fiz ao longo do texto.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Os mais diversos tipos de violências que permeiam as relações de gênero é o que desperta o interesse na maior parte das pesquisas que se debruçam sobre essa temática, mas há outro motivo também importante: o silêncio de boa parte da historiografia que não vê importância nessa forma de se fazer história. Estudos têm demonstrado que

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

violências de gênero têm sido praticadas ao longo de vários séculos causando traumas os mais diversos.

Quando falamos por exemplo sobre a Segunda Guerra Mundial e da perversidade do holocausto judeu pensamos nas marcas que estes eventos deixaram na história recente da humanidade. Quando pensamos nas violências oriundas das relações de gênero é preciso percebermos o alcance e a dimensão delas. Talvez seja muito difícil quantificar ao longo dos séculos o número de vítimas dessas violências.

Não há apenas uma única resposta até hoje que explique por que aquele maio de 1968 na Europa é considerado o motor dos movimentos que modificaram parte do mundo desde então, principalmente nos aspectos relacionados aos comportamentos e as sexualidades. É fato que a partir daquele momento as relações sociais já não seriam mais as mesmas.

As sexualidades não seriam mais apenas de fórum privado, passaram a ser explicitadas, desmitificadas, dessacralizadas, desconstruídas, estudadas. Estes processos foram necessários para percebermos que elas permeiam as relações sociais, como diz Pedro (2011). Economia, política, religião e ciência não são feitas por pessoas sem sexualidade. Assim, reconhecer essa realidade é uma forma de identificar e reconhecer as diferenças que ferem, que matam, que segregam e que oprimem.

Essas violências têm causados traumas contínuos nas sociedades. Como foi apontado, nas décadas de 1970 e 1980 não havia instrumentos legais específicos para combater, por exemplo a violência contra as mulheres, embora estivesse em formação os movimentos que passariam a reivindicar a criação de políticas públicas e medidas legais para combater os diversos tipos de violências já mencionadas.

Os estudos sobre as sexualidades, sobre as mulheres e sobre as relações de gênero apontam caminhos para a construção de uma sociedade melhor para mulheres, homens e todas as demais categorias sexuais possíveis onde a violência de gênero e suas múltiplas faces não sejam uma das características mais marcantes nas relações entre as pessoas.

### **REFERÊNCIAS:**

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**. Revista Unicamp, São Paulo, (42), jan./jun., p. 249-274, 2014.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e230408, 2020.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun. 2011.

PINAFI, Tânia. **Violência contra mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: S.O.S CORPO, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. 20 (2): 71-99 jul./dez. 1995.

## Fontes:

Anemia aguda. **O Estado**. Teresina, terça-feira, 08 de março de 1977.

Monstro sexual retalha mulher. **O Estado**, Teresina, dom./seg., 6 e 7 de março de 1977.